

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processo Disciplinar n.º 4/2016 – RMP – PD

Magistrado: Procuradora da República [...].

Relator: Procurador-Geral Adjunto [...].

*

Acordam os membros que constituem a Secção Disciplinar do Conselho Superior do Ministério Público:

I -Relatório

1. Por despacho do Senhor Vice-Procurador-Geral da República, de 12 de Fevereiro de 2016, foi determinada a conversão do inquérito instaurado contra a Procuradora da República, Senhora Dr.ª [...], em processo disciplinar, servindo o inquérito de base instrutória, nos termos do art.º 214º, n.º 1, do EMP.

2. Terminada a instrução e junto o certificado de registo disciplinar, foi deduzida acusação contra a Magistrada visada, contante de fis. 170 a 182, que aqui se dá por reproduzida, onde se conclui nos seguintes termos:

«Ao atuar pela forma descrita a Sr.ª Procuradora da República incorreu na violação do dever de correção ao não tratar com o respeito que lhe é devido o Sr. Juiz desembargador, presidente da comarca imputando-lhe, perante terceiros e em declarações, facto ofensivo da sua honra e consideração. Na verdade, ao dizer que este se tinha reportado ao Sr. Juiz [...] como garoto não o tratou com a correção e respeito que merece pois colocou em causa a sua honra e a consideração em que o mesmo é tido no meio em que exerce funções e mesmo fora dele.

Esta quebra no tratamento com o respeito que lhe é devido configura assim, no contexto do direito disciplinar, a violação do dever de correção o qual se mostra definido no artº 73.º n.º 2 al. h,) e 10 do anexo à Lei 35/2014 de 20/6, diploma também aplicável ao Ministério Público por força dos artigos 108 e 216 do Estatuto do Mº Pº e do artº 42, nº 3 da própria Lei atrás citada. E esta violação por sua vez é configuradora de uma Infração disciplinar.

A infração disciplinar mostra-se definida no art.º 163º do Estatuto do Mº Pº. A esta infração cabe, em princípio, e de acordo com a escala de penas constante do artº 166 e segs. e em particular o art.º 181º do EMP a pena de multa».

3. Notificada da acusação, a arguida veio apresentar defesa onde impugna a matéria de facto constante daquela peça, negando a violação de qualquer dever profissional, juntando o despacho de arquivamento

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

do inquérito crime n.º 236/15... (cujo objeto se reconduz aos factos do presente processo disciplinar), bem como cópia do despacho de arquivamento dos autos em que foi arguido o Senhor Juiz Desembargador Dr. [...]. (crime de difamação qualificada em que foi assistente o Senhor Juiz Dr. [...].) requerendo, ainda, a inquirição de seis testemunhas.

4. Em sede de Relatório Final, após apreciação da defesa, o Senhor Instrutor considerou assentes os factos constantes da acusação a que aditou, no Relatório elaborado nos termos do artigo 202º do EMP, dois outros, que resultaram provados após as diligências realizadas (apreciação dos documentos juntos pela defesa e inquirição das seis testemunhas indicadas pela Magistrada arguida).
5. Esta Secção Disciplinar, em 31/05/2016, procedendo ao enquadramento jurídico-disciplinar dos factos apurados, deliberou que, para adequada fixação de matéria de facto, seria absolutamente necessário o esclarecimento cabal e rigoroso sobre o circunstancialismo, o conteúdo, a extensão e os desenvolvimentos da conversa ocorrida no percurso entre os gabinetes e a sala de audiências, no Tribunal de Aveiro, entre o Senhor Juiz Desembargador Dr. [...], Presidente da Comarca de [...] e a Senhora Magistrada Arguida, Dr.ª [...], na presença da Senhora Juiz de Direito, Dr.ª [...].

Nesta deliberação determinou-se que o processo fosse devolvido ao Senhor Inspetor para que procedesse às diligências necessárias para o esclarecimento supra enunciado, porventura através de uma acareação entre os três Magistrados.

6. No dia 17/06/2016, o Senhor Inspetor, na observância da deliberação referida, procedeu à acareação da Senhora Juiz de Direito, Dr.ª [...], na qualidade de testemunha, do Senhor Juiz Desembargador Dr. [...], na qualidade de denunciante, e da arguida Senhora Procuradora da República Dr.ª [...], na qualidade de arguida, tendo estado presente ainda o Senhor Advogado desta, Dr. [...].

A Senhora Procuradora da República, arguida nos autos, já depois da diligência, veio solicitar ao Senhor Inspetor que fosse também obtida cópia do auto de inquirição do Senhor Dr. [...], que teve lugar em 9 de Setembro de 2015, no âmbito do processo disciplinar no qual ela própria foi inquirida. As suas declarações, desta mesma data, que vieram a estar na origem destes autos, já se mostram juntas a estes autos.

7. Da acareação resultou, no entender do Senhor Inspetor que:

“(Se)Verifica e em resumo, que entre o Dr. [...]. e a Dr.ª [...]. houve algumas conversas quer no seu (dela) gabinete quer fora.

Verifica-se que o Dr. [...]. telefonou ao Dr. [...]. sobre o seu estado de saúde. Quanto à sensação de ter sido atendido com frieza por parte deste, esta poderia ter resultado tanto do telefonema como do

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

encontro ulterior, pois que a causa a que atribuiu a tal sensibilidade é anterior a ambos os eventos. Ou seja, pensou que se devesse a ter ido assistir-lhe a um julgamento.

Há divergências entre a Dr. [...]. por um lado, e o Dr. [...]. e a Dr.^a [...]. por outro, quanto ao local onde se iniciou o encontro e a conversa.

Aquela é peremptória quanto a ter sido junto do seu gabinete, estes, sem serem peremptórios, dizem que foi junto às escadas do primeiro andar.

Ora, este é o local mais lógico vindo a Dr.^a[...]. do seu gabinete com o destino que tomaram, mas não é absolutamente certo que tenha sido ali o início do encontro.

É certo porém que se deu o encontro e ocorreu uma conversa.

É certo também que esta conversa ocorreu, em parte, apenas na presença dos dois, Dr. [...]. e Dr.^a [...]., pois que a Dr.^a [...]. se foi afastando para a secção.

É certo e seguro que a Dr.^a [...]. não ouviu qualquer referência do Dr. [...]. para com o Dr. [...]., muito menos o ter-lhe chamado garoto.

Aquilo que de divergente se encontra numa ou noutra das declarações do Dr. [...]. e da Dr. [...]. não é suficiente para desacreditar qualquer uma delas.

Ambas se configuram como lógicas e podiam ter ocorrido conforme cada um as descreve.

A da Dr.^a[...]. com pormenores de local (que se não confirma na sua totalidade), tempo e conteúdo (que igualmente se não apuraram com absoluta certeza).

A do Dr. [...]. coincidindo, quanto ao local, com a testemunha (sem contudo absoluta certeza pois nenhum o afirma em tais termos) e quanto à parte do conteúdo, negando em absoluto a referência ao Dr. [...] como garoto, mas admitindo ter falado com a Dr. [...]. no gabinete desta, mas também sem esta referência.

Vistas as declarações do Dr. [...]. no processo disciplinar do Dr. [...]. e após ter sido confrontado com as declarações ali prestadas pela Dr. [...]., verifica-se que ali refere que teve uma conversa com a Dr.^a [...]. em que procurou saber se o Dr. [...]. tinha tido para com ela qualquer atitude de desrespeito (conforme admitiu nestes autos) e que a mesma lhe respondeu negativamente.

Admite também a conversa a propósito do Dr. [...]. ou a propósito do Dr. [...]., mas não que tenha tratado este por garoto.

Mais referiu que fez indagação junto da Dr. [...]. pela confiança que tinha nas qualidades pessoais e devido à confiança pessoal que decorria da relação funcional já desde a comarca do [...]. e por ser a magistrada do M^o P^o que acompanhava o colectivo.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ora, tomadas em conta também estas declarações, e mesmo que a relação de confiança não resulte nestes autos tão expressamente declarada, sendo contudo patente que ela existiu a um tempo, não se verifica que existam elementos ou discrepâncias passíveis de descredibilizar qualquer das versões.

Ou seja, o que se apurou com segurança quanto a cada uma das versões e aquilo que se não viu também confirmado na exacta plenitude, (e isso sucede em ambas as declarações e versões), não é bastante para desacreditar qualquer uma delas em prejuízo da outra.

E por isso, quanto ao único facto aqui relevante e controverso - qual seja o de saber se o Dr. [...]. chamou ou não garoto ao Dr. [...]. - temos para o mesmo apenas a versão da Dr. [...]. que o afirma e a versão do Dr. [...]. que o nega.

Tudo o mais que ocorreu e foi referido por qualquer deles, mesmo que não coincidente, poderia ter ocorrido de uma ou outra forma.

De igual maneira que esta referência, aqui a única relevante.

Nenhum dos restantes factos, seguros ou duvidosos, permite credibilizar esta referência ou desacreditá-la.

Em qualquer das versões é possível que ela tenha ocorrido ou não.

Cada um dos intervenientes, e são apenas dois, tem interesse na sua versão

A testemunha nada ouviu a este propósito.

(...)

Os dois restantes intervenientes são ambos interessados. Um participante, a outra arguida.

Ambos se mostram credíveis quanto ao que referiram e não há factos que afectem a outra versão ao ponto de a desacreditar (a não ser o seu oponente).

Chegámos a um impasse, ou seja, a uma dúvida intransponível quanto ao dar ou não como provado um único ponto da matéria de facto.

Ora, há que ultrapassar esta dúvida juridicamente.

O ponto principal deste processo são as declarações prestadas num outro processo disciplinar pela arguida, embora este ponto tenha a sua importância.

Reitera-se pois todo o anterior relatório final.

Em seu aditamento faremos apenas breves observações adicionais.

Conforme se verifica das declarações prestadas pela sr.^a Procuradora da República no processo disciplinar do Dr. [...]., aquilo que ali referiu, e conforme aliás consta do despacho final do Exmo. PGA na PGD do [...]., consubstancia-se em ter atribuído «ao denunciante uma declaração sobre terceira pessoa que, objectivamente, ofende a honra e a reputação daquele, pelo que estão presentes os elementos típicos objectivos do crime de difamação. O crime consistiria, no caso, na imputação de um facto - atribuir-lhe declaração de que o Dr. [...]. era garoto - ofensivo da honra e consideração do

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

denunciante, enquanto magistrado e presidente da comarca, na medida em que este assevera que o não fez».

Mais adiante refere-se ainda que o crime de difamação «se contém nas declarações que a arguida atribuiu ao denunciante relativamente ao juízo que o mesmo, alegadamente, fez sobre uma terceira pessoa»

(...)

Ora, estando em dúvida se o chamou ou não, esta dúvida não pode deixar de resolver-se juridicamente a favor do arguido. E o arguido aqui é, sem dúvida, o Dr. [...].

Portanto, na dúvida que persiste, temos que colocar o ónus da prova a cargo não do arguido mas sim de quem diz que ele proferiu a expressão.

E nem se diga que isto não é um processo penal. Os factos radicam numa situação penal, já aliás accionada, e perante ela há que fazer funcionar as regras do processo penal.

Perante estas o arguido da situação criada com as declarações prestadas é o Dr. [...].

Na dúvida se a expressão que se diz ele proferiu, foi efectivamente proferida ou não, tal dúvida tem que resolver-se a favor do arguido.

Quanto à Dr. [...], é sim arguida nestes autos, mas não pela expressão do Dr. [...]. Antes sim porque lhe atribuiu expressão que em si é difamante.

É arguida porque ela proferiu outras expressões, igualmente difamantes e estas últimas mostram-se provadas e comprovadas, por si assinadas e confirmadas.

Isto sem que detenha elementos bastantes, passíveis de fazer reverter a situação ou a dúvida anterior.

E ainda aí, mesmo em caso de ter conseguido provar a verdade da imputação, o que não fez, estar-se-ia ainda perante uma conduta criminosa. Só que neste caso não punível.

Isto nos termos do art.º 180 do CP.

É este o regime aqui a aplicar.

Nestes termos, e tendo procurado esclarecer o determinado no douto acórdão do CSMP de 31 de Maio de 2016, no que respeita ao apuramento de matéria de facto, manteve-se, em nossa opinião e salvo o devido respeito, a situação de dúvida quanto a ter sido proferida ou não a expressão em causa.

Perante a persistência da dúvida adiantou-se a solução jurídica que se continua a ter como mais adequada e acabada de mencionar.

Nestes termos consideramos que se continua a manter válido tudo o que se mencionou no anterior relatório e que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais.”

II - FUNDAMENTAÇÃO

A - De facto

1 – Factos provados

Em face dos factos constantes da acusação, dois deles aditados pelo Relatório elaborado nos termos do artigo 202º do EMP, e perante a prova produzida, nomeadamente a acareação realizada pelo Senhor Instrutor, consideram-se **provados os seguintes factos**:

1.1. O Conselho Superior da Magistratura moveu ao Sr. Juiz de Direito, Dr. [...], um processo disciplinar a que coube o n.º 2015-140/PD, sendo participante o Sr. Juiz Desembargador, Dr. [...], Presidente da comarca de[...].

1.2. Aquele Sr. Juiz de Direito exercera funções no ano de 2012/2013 na então comarca do [...]. (que precedeu a comarca de [...]), tendo vindo a ser afeto à Instância de [...], também pertencente à comarca do [...], e depois de [...], onde se manteve até Setembro de 2015, altura em que daí saiu, tendo sido colocado na comarca do [...], núcleo de[...].

1.3. Neste processo disciplinar acima identificado, de que foi instrutor o Inspetor judicial, Senhor Juiz Desembargador Dr. [...], veio a prestar depoimento, como testemunha, a Senhora Procuradora da República, Dr.ª [...].

1.4. Que, desde há alguns anos, tem vindo a exercer funções na então comarca do [...]. e agora comarca de [...], aí representando o Ministério Público na instância central criminal.

1.5. Tendo, nessa qualidade, trabalhado com o Senhor Juiz, Dr. [...], em representação do Ministério Público junto do tribunal coletivo que este integrava.

1.6. Sendo, assim, sua conhecida e com ele mantendo uma relação profissional e de amizade.

1.7. Sendo também naturalmente conhecida do, e conhecendo, o Senhor Juiz Desembargador Presidente da comarca, Dr. [...].

1.8. O depoimento atrás mencionado teve lugar no dia 9 de Setembro de 2015.

1.9. Estiveram presentes em tal inquirição, no processo n.º 2015-[...]: o Senhor Inspetor Judicial Dr. [...], o Secretário de Inspeção Senhor [...], a Senhora Mandatária do Senhor Juiz arguido, cujo nome não consta do auto, e, obviamente, a testemunha, Senhora Dr.ª [...], que prestou juramento legal (art.º 91 do CPP).

1.10. Nesta inquirição a Senhora Procuradora da República, Senhora Dr.ª [...], enquanto depoente, disse, nomeadamente, o seguinte:

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

“Em data que já não recorda com rigor de Março de 2015, a depoente acompanhada da Sra. Dra. [...], deslocavam-se da entrada do seu gabinete para a sala de audiências do lado oposto àquela que ficou conhecida como a sala da «Face Oculta» com vista à intervenção num julgamento, sendo que a Dra. [...] ia participar no coletivo desse julgamento.

A determinada altura do percurso, junto das escadas que vindas do rés-do-chão desembocam na entrada do seu gabinete, surgiu o Senhor. Dr. [...], que estava a efetuar a subida das escadas. De imediato o Senhor. Dr. [...], cumprimentou a depoente e a Dra. [...], e passou a acompanhá-las no percurso até à entrada da porta que dá entrada para a secção de processos.

Nesse percurso gerou-se uma conversa entre a depoente e o Dr. [...], motivada pela circunstância de o Dr. [...] estar preocupado com alguma frieza com que tinha sido recebido pelo Dr. [...].

A determinada altura o Sr. Dr. [...], de forma imprevista mudou o tema da conversa, tendo referido: “o outro de St.^a [...] é que está cada vez pior“, “O Dr. [...] é um garoto, mandou umas bocas a umas colegas de que não gostei nada, de que não gostei mesmo nada“, tendo continuado a vincar que estava desagradoado com esse alegado comportamento do Dr. [...], e tendo-lhe dito de seguida “Ó Dra. [...], enquanto cá estive não lhe mandou também assim umas bocas?”

(...)

“Posteriormente a depoente, dada a relação de amizade que mantinha com o Senhor Dr. [...], tal como de resto já evidenciou noutro anterior depoimento, bastante preocupada, telefonou ao Dr. [...], contando-lhe o que se tinha passado e manifestando a sua preocupação e que explicaria a conversa que o Sr. Dr. [...] tinha tido com a depoente, e que lhe relatou.”

1.11. Nesse mesmo dia 9 de Setembro, à tarde, foi inquirido no âmbito do mesmo processo disciplinar 2015[...] o Senhor Juiz Presidente, Dr. [...].

1.12. Ao prestar declarações foi confrontado com o teor do depoimento da Senhora Dr.^a [...], e nomeadamente com o passo em que esta refere que o Senhor Dr. [...] referenciou o Senhor Dr. [...], como sendo «um garoto».

1.13. Tendo em absoluto negado tal referência, que disse não ter feito.

1.14. O Senhor Juiz, Dr. [...], tendo tornado conhecimento do teor do depoimento prestado pela Senhora Dr.^a [...], logo nesse dia ou no dia seguinte, decidiu apresentar queixa criminal contra o Senhor Dr. [...], tendo contactado com o seu Advogado, a quem encarregou de efetuar a respectiva comunicação ao próprio Senhor Dr. [...].

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1.15. E assim, logo a 10 de Setembro de 2015, o Senhor Advogado, Dr. [...], enviou uma carta ao Senhor Dr. [...], dando-lhe conta de que havia tomado conhecimento do relato testemunhal da Senhora Dr.^a [...], e que, por a tal afirmação (“um garoto”) ser suscetível de conter ilicitude disciplinar e penal, o seu constituinte pretendia agir contra si.

1.16. A participação criminal impulsionada pelo Senhor Dr. [...], deu origem ao Inquérito n.º 13/15..., dos Serviços do Ministério Público junto do [...], tendo sido determinado, em 17 de fevereiro de 2016, o seu arquivamento, ao abrigo do disposto no art.º 277.º, n.º 1, do Código de Processo Penal.

1.17. Por sua vez, o Senhor Dr. [...], tendo recebido tal comunicação, enviou uma outra da sua autoria ao Senhor Advogado, Dr. [...], datada de 11 de Setembro de 2015.

1.18. Nela voltando a negar “*em absoluto ter proferido tal expressão*” ou ter-se dirigido em tais termos ao Senhor Dr. [...].

1.19. Mais disse que acaso viesse a ser visado iria “*naturalmente revidar com idêntica queixa quanto ao teor da denúncia, a falsidade e a difamação que encerra*”.

1.20. Nesta sequência veio também a dirigir à Senhora Dr.^a [...], uma carta na qual voltou a negar ter produzido a tal referência ao Senhor Dr. [...]. (“um garoto”).

1.21. Mais lhe referiu, nessa carta, que a enviaria com conhecimento ao CSMP e à Senhora Procuradora-Geral Distrital do [...], para efeitos disciplinares e criminais, respetivamente.

1.22. Como efetivamente enviou.

1.23. Essa participação, para efeitos criminais, formulada pelo Senhor Dr. [...], deu origem, na Procuradoria-Geral Distrital [...], ao Inquérito n.º 236/15..., tendo o mesmo conhecido, em 30 de março de 2016, despacho de arquivamento, ao abrigo do disposto no art.º 277.º, n.º 2, do Código de Processo Penal.

1.24. A Senhora Procuradora da República, Dr.^a [...], tem nesta altura mais de 28 anos de serviço na magistratura do Ministério Público.

1.25. Foi promovida à categoria de Procuradora da República em 01-09-2012, por antiguidade, e colocada na comarca do [...]. - [...]. - área criminal.

1.26. Em 01-09-2014 foi transferida como efetiva para a comarca de [...]. - Criminal onde se mantém.

1.27. Não possui ainda classificação de serviço nesta categoria. Porém,

1.28. Por acórdão do CSMP, de 24-03-1993, foi classificado de Bom o seu serviço como Delegada do Procurador da República na [...].

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 1.29.** Por acórdão do CSMP, de 7-02-1995, foi classificado de Bom com Distinção o seu serviço como Delegada do Procurador da República na comarca [...].
- 1.30.** Por acórdão do CSMP, de 20-06-2001, foi classificado de Bom o seu serviço como Procuradora-Adjunta [...].
- 1.31.** Por acórdão do CSMP, de 21-06-2005, foi classificado de Bom com Distinção o seu serviço como Procuradora-Adjunta na comarca [...].
- 1.32.** Por acórdão do CSMP, de 17-04-2012, foi classificado de Bom com Distinção o seu serviço como Procuradora-Adjunta na comarca da [...].
- 1.33.** Por acórdão do CSMP, de 06-06-2012, foi deferida a reclamação e foi-lhe atribuída a classificação de Muito Bom pelo seu serviço como Procuradora-Adjunta nas comarcas de [...].
- 1.34.** A Senhora Procuradora da República, Dr.^a [...], é considerada pelos Senhores Juízes que constituem o tribunal coletivo junto do qual trabalha como pessoa de bom trato, cordata, cordial, educada, solidária e de grande dedicação à função que exerce.
- 1.35.** É igualmente assim considerada por outros senhores juízes com os quais também já trabalhou e por funcionários, sendo também considerada pacificadora, com sentido de ponderação e de justiça, além de competente profissionalmente.
- 1.36.** Do seu registo disciplinar consta que por acórdão do CSMP, de 15-03-2006, lhe foi aplicada a pena de advertência por responsabilidade disciplinar por factos relacionados com a sua atuação funcional.
- 1.37.** Mais consta que por acórdão do CSMP, de 14-7-2015, lhe foi aplicada a pena única de 15 dias de multa.
- 1.38.** Neste acórdão condenatório constam provados factos datados de 19-11-2013, 07-01-2014 e 14-05-2014 que se prolongaram até 19-12-2014, os quais constituem atos ou omissões da sua vida pessoal e pública que se mostram incompatíveis com a dignidade e decoro indispensáveis ao exercício de funções de magistrado do Ministério Público, isto no âmbito do processo disciplinar 3/201[...].
- 1.39.** No acórdão de 25-11-2014, também do CSMP, constam igualmente como provados factos ocorridos a partir do final de Março de 2013 e particularmente em Abril de 2013, os quais se considerou traduzirem a violação dolosa do dever especial de pautar a sua vida pública, e privada, de forma a salvaguardar a dignidade e o prestígio indispensáveis ao exercício de funções de magistrada, isto no âmbito do processo disciplinar 3/201[...], punidos com pena de advertência.
- 1.40.** No primeiro dos acórdãos citados foi aplicada à Senhora Procuradora da República uma pena disciplinar única de 15 dias de multa relativa a todos estes factos.

2. Factos não provados

Considera-se **como não provado**:

2.1. Que o Senhor Dr. [...]. tenha, ou não tenha, reportando-se ao Senhor Dr. [...]. e em conversa havida com a Senhora Dr.^a [...]., nas circunstâncias de tempo e lugar referidas em 1.10. dos factos provados, dito: *“o outro de [...]. é que está cada vez pior “*, *“O Dr. [...]. é um garoto ”*

2.2. Que a Senhora Procuradora da República, Dr.^a [...]., ao prestar depoimento perante o Senhor Inspetor Judicial e para ser consignado em auto de inquirição, como foi em processo disciplinar, dizendo que o Senhor Dr. [...]. havia dito que o Senhor Dr. [...]. era “um garoto”, sabia que tal facto era ofensivo da honra e da consideração do Senhor Dr. [...].

2.3. E que tal declaração era, eventualmente, integradora do crime de difamação, previsto e punível pelo art.º 180.º do Código Penal.

2.4. Que tenha agido, ao proferir tal expressão, de forma livre, voluntária e consciente bem sabendo do carácter ofensivo de tal expressão.

2.5. E que a sua conduta não era, por isso, correta, assim violando o dever de correção.

3. Motivação da decisão de facto:

3.1. Para **considerar provados os factos** constantes do ponto 1, baseou-se esta Secção Disciplinar, quanto à esmagadora maioria deles, na análise e ponderação conjugada dos documentos juntos aos autos – a generalidade dos quais são documentos autênticos.

- A instauração do Processo Disciplinar n.º 201[...], pelo Conselho Superior da Magistratura ao Senhor Dr. [...]. e os depoimentos aí prestados resultam dos documentos juntos a fls. 70 a 76 [factos 1.1. a 1.3., 1.8., 1.9., 1.10., 1.11.].

- A instauração dos Inquéritos Criminais n.ºs 13/15... e 236/15... e os despachos de arquivamento neles proferidos extraem-se dos documentos juntos a fls. 208 a 212 3 192 a 196 [factos 1.16., 1.22. e 1.23.].

- A correspondência trocada entre o Ilustre mandatário do Senhor Dr. [...]. e o Senhor Dr. [...]. e entre este e a Senhora Dr.^a [...]. [factos 1.14., 1.1.5., 1.17. a 1.21.] consta, através de cópia, de fls. 3 a 8 e 66 a 67.

- Os factos atinentes à antiguidade da Senhora Dr.^a [...]., seu percurso profissional e antecedentes disciplinares [factos de 1.24. a 1.33. e 1.36. a 1.40.] constam dos documentos juntos a fls. 20 a 21 (Nota

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Biográfica e Boletins de Informações anexos de fls. 22 a 36); e da certidão emitida pelos Serviços de Apoio ao Conselho Superior do Ministério Público, de fls. 112 a 169.

- Sobre os factos atinentes à inserção profissional da Senhora Dr.^a [...]. e do Senhor Dr. [...]. na então Comarca do [...]. e na de [...]. [factos dos pontos 1.4. a 1.7.] tiveram-se em consideração os depoimentos prestados pelos próprios, constantes de fls. 64 (Senhor Dr. [...].), 82 a 84 (Senhora Dr.^a [...].), que não mereceram, nesse particular, qualquer dúvida porque se articulam, sem contradição, com os demais elementos de prova documental.

- Para considerar provados os factos atinentes às características pessoais e profissionais da Senhora Dr.^a [...]. e do seu relacionamento com os demais servidores da Justiça com quem interage, bem como o seu espírito pacificador [factos dos pontos 1.34. e 1.35.], foram levados em consideração os depoimentos de fls. 217 e 218 (do Senhor Dr. [...]., juiz de direito); de fls. 219 e 220 (da Senhora Dr.^a [...]., juiz de direito); de fls. 221 a 222 (da Senhora Dr. [...]., juiz de direito); fls. 223 a 224 (do Senhor [...]., secretário de justiça que foi na Comarca [...].); de fls. 225 a 226 (do Senhor Dr. [...]., juiz de direito); e de fls. 227 a 228 (do Senhor Dr. [...]., juiz de direito) – testemunhas que tiveram uma relação profissional com a Senhora Dr.^a [...]. e que, por isso, reuniam condições para definirem as características da mesma, não sendo eles merecedores de qualquer dúvida.

3.2. Quanto aos **factos não provados**, constantes do ponto 2, esta Secção Disciplinar teve em consideração a generalidade da prova produzida, mormente a extraível dos depoimentos produzidos nos autos, devidamente conjugados e apreciados criticamente, segundo as regras da experiência e a livre convicção.

Ora, quanto aos factos não provados, do ponto 2.1. – o cerne da factualidade –, as versões dos intervenientes [do Senhor Dr. [...]. e da Senhora Dr.^a [...].] são claramente opostas, com o primeiro a negar que tenha proferido a referência ao Senhor Dr. [...]., como sendo um “garoto” e outras alusões porventura menos honrosas para o mesmo, e com a segunda a reafirmar essas referências.

Por sua vez, a Senhora Dr.^a [...]., juiz de direito, que acompanhava a Senhora Dr.^a [...]. aquando da conversa com o Senhor Dr. [...]., disse nada ter ouvido no que se refere a este se ter eventualmente reportado ao Dr. [...]. como “um garoto”, sendo certo que esteve presente na conversa entre ambos mas da qual se foi depois sucessivamente afastando.

A existência do contexto da conversa é tida como efetiva pelos três, por assim dizer, intervenientes.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Com efeito, a Senhora Dr.^a [...]. alude a que o diálogo/monólogo, em que enquadró as expressões atribuídas ao Senhor Dr. [...]., se reportou aos dois magistrados judiciais: ao Senhor Dr. [...]. e ao Dr. [...]. – sendo certo que o Senhor Dr. [...]., a fls. 47, aceita ter falado, no gabinete da Senhora Dr.^a [...]., ou no corredor, quer a propósito do Senhor Dr. [...]. e da frieza com que terá sido recebido por ele, quer sobre o ter questionado da Senhora Dr.^a [...]., para “*indagar*” se o Senhor Dr. [...]. lhe havia dirigido “*alguma piada ou comportamento mais atrevido*”, tendo, em seguida, descrito a sua deslocação à sala de audiências para assistir a uma sessão da audiência de julgamento em que participava, como juiz, o Senhor Dr. [...]., ao que se retira do depoimento, para apurar da “*postura deste magistrado em julgamento*”, atitude de que, no dizer do Senhor Dr. [...]., aquele magistrado “*não terá gostado*”.

Por sua vez, a Senhora Dr. [...]., reportou-se, no seu depoimento de fls. 59 a 61, ao contexto do diálogo, mencionando a alusão ao Senhor Dr. [...]., dizendo que “*nada ouviu no que se refere à alegada expressão do Dr. [...]. se ter reportado ao Dr. [...]. como garoto.*”. Já em sede da acareação determinada por esta Secção Disciplinar, a fls. 268, a Senhora Dr.^a . [...]. referiu que, “*Por recurso tão-somente à sua memória pode a depoente referir que tem ideia de um encontro ao cimo das escadas do 1.º andar...*”

Não obstante ser aceite por todos o encontro e pelo Senhor Dr. . [...]. a alusão a uma parte dos factos narrados pela Senhora Dr.^a . [...]., repudiou a prolação das palavras que constituíram o cerne do que motivou a participação que o Senhor Dr. . [...]. contra ele apresentou. Esta negação, tanto mais que foi por sua causa alvo de inquérito criminal, é um direito que lhe assiste em razão do direito à não autoincriminação.

A natureza circunscrita e relativamente fugaz do diálogo, ou mesmo monólogo, havido, com mais ou menos detalhes nas eventuais referências, ou não, ao Senhor Dr. . [...]., inviabiliza muito mais elaboração em ordem a atingir uma grau de certeza quanto ao que disse, ou não disse, efetivamente o Senhor Dr. . [...]. – afinal o “*punctum pruriens iudicii*”.

Se é verdade que perpassa nos autos a convicção de que o Senhor Dr. . [...]., enquanto Presidente da Comarca . [...]., com algum nível de superintendência sobre o desempenho e, quiçá, sobre algum comportamento pessoal (efetivo ou meramente de suspeita), com relevância funcional, do Senhor Dr. . [...]., teria em relação a este, pelo menos, uma especial atenção/averiguação – como o próprio diz, quis indagar se ele teria tido com a Senhora Dr.^a . [...]. alguma conduta merecedora de reparo – o que,

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

abstratamente e em tese, até poderia consentir um qualquer desabafo mais livre em espaço restrito, com o emprego das questionadas expressões, o certo é que a prova produzida não permite concluir, fora de qualquer dúvida razoável, que o Senhor Dr. . [...]. tenha, ou não tenha, feito as questionadas afirmações menos lisonjeiras para o Senhor Dr. . [...].

Fica-se, pois, num estado de incerteza quanto à efetividade dos factos – sentimento, aliás, comum a alguns dos magistrados que, em cada posição, se pronunciaram sobre a factualidade, quer no atinente inquérito criminal, que um deles arquivou, quer mesmo no relatório dos presentes autos.

Apenas a Senhora Procuradora-Geral Adjunta que dirigiu o Inquérito n.º 13/15..., junto do . [...]., deu por indiciada a prolação, pelo Senhor Dr. . [...]., das expressões em causa – arquivando-o por outras razões, de pendor subjetivo. Cf. fls. 209.

Já o Senhor Inspetor assevera – cf. fls. 291: *“Chegámos a um impasse, ou seja, a uma dúvida intransponível quanto ao dar ou não como provado um único ponto da matéria de facto.”*

Posto isto, como do processo disciplinar é subsidiária a normação processual penal – art.º 216.º do Estatuto do Ministério Público –, é mandatório que dela se retirem os princípios, as determinantes e regras de apreciação da prova em que avulta a regra de apreciação *“in dubio pro reo”*, aqui cabível/aplicável, uma vez que o facto controvertido é desfavorável à Senhora Dr.ª . [...]., enquanto visada no presente processo disciplinar.

Como assim, é incontornável que se considere como não provado que o Senhor Dr. . [...]. tenha, ou não tenha, proferido as controvertidas expressões.

No que tange à componente subjetiva da conduta da Senhora Dr.ª . [...]. ao prestar depoimento no Processo Disciplinar n.º 2015. [...]. do CSM, movido contra o Senhor Dr. . [...]. [pontos 2.2, 2.3. e 2.4. dos factos não provados], por não se haverem provado os factos do ponto 2.1. e por a Senhora Dr.ª . [...]. ter sido inquirida sob juramento, sobre a conversa que tinha como verdadeira, da autoria do Senhor Dr. . [...]., não se vê como daí possa emergir uma conduta dolosa, no plano da ofensa à honra e consideração do Senhor Presidente da Comarca . [...].

O depoimento da testemunha – fora inquirida nessa qualidade e sob juramento – não pode consubstanciar comportamento doloso de ofensa à honra e consideração do Senhor Dr. . [...]., quer porque o depoimento se concentrou no objeto do processo, quer porque não impende sobre a testemunha a prova da verdade do facto que narra – a sua postura processual é de *“animus narrandi”*.

Tendo-se quedado num patamar de dúvida – aliás operativa em benefício da visada neste processo – o juízo conclusivo quanto ao terem, ou não terem, sido proferidas, pelo Senhor Dr. . [...]., as expressões

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

tidas por difamatórias relativamente ao Senhor Dr. . [...], o depoimento da Senhora Dr.^a. [...], prestado no âmbito do mencionado processo disciplinar, tanto pode ser rigorosamente o que, na realidade, ouviu, como não; o que, de novo, na perspetiva da imputação da violação do dever de correção, não pode ser decidido em prejuízo da visada no presente processo disciplinar, uma vez que sobre a testemunha não impede o dever de provar que o seu próprio depoimento é verdadeiro, sob pena de subversão dos princípios. Competirá, antes, em sede do presente processo disciplinar, reunir prova e demonstrar que o depoimento prestado não é verdadeiro, demonstração que, como já se viu, não é atingível – o que não deixou de suceder igualmente no próprio procedimento criminal que contra a mesma foi instaurado; isto sem esquecer que, dos factos, uma outra imagem foi extraída no despacho de arquivamento proferido pela Senhora Procuradora-Geral Adjunta no Inquérito n.º 13/15..., no qual é tida como indiciada a materialidade objetiva dos factos que ali eram imputados.

Não é, por conseguinte, possível considerar provado que, ao depor sob juramento, a testemunha, Senhora Dr.^a. [...], tivesse de atender a um conteúdo eventualmente ofensivo de factos a que assistiu.

Como se decidiu no Acórdão[...]de 16-07-2008, tirado no Proc. n.º 9613/20. [...], de que foi relatora a Exma. Desembargadora . [...]:

I- A testemunha quando é chamada a depor cumpre um dever que é imposto por lei, pois, em princípio, não se pode recusar a depor, e tem a obrigação de falar com verdade, sob pena de incorrer na prática do crime de falso testemunho, previsto no artº 360º do Código Penal.

II- Depondo a testemunha no cumprimento de um dever legal, mesmo que os factos imputados à pessoa visada sejam em si difamatórios, nunca lhe poderá ser imputado o crime de difamação, estando neste caso afastado o dolo em qualquer das suas modalidades e afastada a ilicitude da sua conduta por agir no cumprimento de um dever.

III- Tal só sucederá se a testemunha prestar um depoimento falso, com a consciência dessa falsidade. Neste caso, resultaria evidente o intuito doloso, havendo de concluir-se que o depoente agiu com o intuito de ofender o visado, estando igualmente afastada a eximente da ilicitude, pois faltando á verdade, a testemunha não cumpriu o dever legal previsto pela norma.

IV- Mas não é à testemunha que age no cumprimento de um dever que incumbe a prova da veracidade das suas afirmações, mas sim ao Estado no seio da investigação.

V- Seria um absurdo fazer recair nos ombros da testemunha, que foi coercivamente obrigada a depor e com verdade, o ónus da prova da veracidade das imputações. Se assim fosse, seria coarctar a liberdade e obrigação de denúncia de crimes, pois ninguém se disporia a prestar o seu depoimento sem primeiro saber se tinha meios para provar a verdade dos factos. (Sublinhado nosso)

Por outro lado, a prévia informação ao Senhor Dr. . [...] das referências que a Senhora Dr.^a. [...], atribuiu ao Senhor Dr. . [...], informação que própria aceita sem reboço ter-lhe prestado – cf. fls. 73 e 84, antepenúltimo parágrafo – e que o primeiro confirma – cf. fls. 225 a 226 –, pese embora não constitua ponto central da participada violação de dever profissional, não é, outrossim, suscetível de consubstanciar o aludido elemento subjetivo e de permitir que se considerem provados os factos atinentes a essa vertente, porquanto, para além de a informação ter sido prestada apenas ao Senhor Dr. . [...], e a mais ninguém, é razoável, segundo as regras da experiência, a perceção/convicção de que essa informação foi motivada

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

por um espírito de alerta a este último magistrado, no sentido de o mesmo, porventura, se acautelar quanto à conduta pessoal e profissional futura.

Nada nos autos permite concluir – não há nenhuma prova nesse sentido – que a informação tenha sido publicitada em ordem a denegrir a honra pessoal e profissional. É o próprio participante, Senhor Dr. . [...], quem refere ter tomado conhecimento das menções da Senhora Dr.^a . [...]. apenas através do Processo Disciplinar n.º 2015. [...]. – cf. fls. 4 e 46. Sinal, pois, de que a Senhora Dr.^a . [...]. não as propalou no “*meio judiciário*”, em termos de atentar contra a honra e consideração do Presidente da Comarca . [...], desiderato que, a ter existido na mente da arguida, germinaria alargadamente no terreno fértil do dito meio fecundo, em que, segundo as regras da experiência, a informação circularia com facilidade e rapidez, se a Senhora Dr.^a . [...]. a transmitisse alargadamente.

Acresce que o Senhor Dr. . [...]. apenas se decidiu pela participação contra o Senhor Dr. . [...]. após haver tomado conhecimento do depoimento da Senhora Dr.^a . [...]. no processo disciplinar em que ele era visado, o que indicia não ter retirado da prévia informação particular da senhora magistrada qualquer efeito a que desse publicidade, obliterando, nesses termos, a virtualidade ofensiva/difamatória do que, em confidência, lhe dissera a arguida e que, aparentemente, só veio a relevar juridicamente quando este magistrado foi alvo de processo disciplinar, instaurado mediante participação do Senhor Dr. . [...].

Consideram-se, deste modo e pelas razões expostas, como não provados os factos constantes dos pontos 2.2. a 2.5., acima mencionados no segmento dos factos não provados.

B - De direito

O artigo 163º do Estatuto do Ministério Público dispõe que «*constituem infracção disciplinar os factos, ainda que meramente culposos, praticados pelos magistrados do Ministério Público com violação dos deveres profissionais e os atos ou omissões da sua vida pública, ou que nela de repercutam, incompatíveis com o decoro e a dignidade indispensáveis ao exercício das suas funções*».

Nos termos deste Estatuto, o objeto da infração disciplinar são factos, ainda que meramente culposos, e/ou comportamentos culposos do magistrado que podem ser censurados a quem podia e devia ter atuado em conformidade com os deveres profissionais, gerais ou especiais, e não o fez.

Esta culpa só se verifica quando o agente tenha agido com dolo ou negligência e não existam causas de exclusão da culpa.

O comportamento do magistrado terá também de ser ilícito e os factos em causa têm de ser praticados com violação dos deveres profissionais dos magistrados do Ministério Público – os que estão ligados diretamente ao desempenho do cargo.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ora, de acordo com os factos não provados, é linear concluir que a Senhora Dr.^a . [...] não cometeu qualquer infração disciplinar, posto que se limitou a prestar depoimento num processo disciplinar, ato a que estava obrigada, motivo pelo qual não incorreu em violação de dever de correção para com o Senhor Dr. . [...].

Do mesmo modo que, no alerta que fizera ao Senhor Dr. . [...], também não lesou o referido dever de correção, tendo-se limitado a mostrar-lhe que existia um sentimento, uma ressonância, de menos adequada atuação da sua parte, isto para que ele procedesse ao ajustamento de conduta que tivesse por ajustado – esse alerta não pode constituir ofensa ao dever de correção para com o Senhor Dr. . [...], já que a Senhora Dr.^a . [...], a ele, não dirigiu qualquer comentário sobre o assunto.

Por outro lado, é aceitável que tenha alertado, enquanto pessoa das suas relações e mesmo amiga, o Senhor Dr. . [...], aviso de todo compreensível, ou não tivesse sido ele, efetivamente, alvo de processo disciplinar por violação do dever de correção, quer em relação a colegas, quer em relação do Senhor Dr. . [...].

No fundo, não se pode deixar de olhar esse alerta ao Senhor Dr. . [...], protagonizado pela Senhora Dr.^a . [...], como um gesto de quem, sendo amigo, quer, não só o bem do alertado mas, quiçá, a regularidade e o bom funcionamento pacificado da Justiça. Nada dizer ao visado é que poderia constituir deslealdade e menor sentido de serviço público, sendo certo que, como foi considerado no despacho de arquivamento proferido no inquérito criminal instaurado contra o Senhor Dr. . [...], a ali, alegadamente, indiciada prolação das referências é de escassa monta jurídica enquanto atitude subjetiva e, por isso, inábil para a perfectibilização de ilicitude criminal no plano da difamação.

O dever de correção consiste, nos termos da al. h) do n.º 2, e n.º 10 do art.º 73 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho (LGTFP/2014), aplicável subsidiariamente aos magistrados do MP por via do art.º 216.º do EMP, em *“tratar com respeito os utentes dos órgãos ou serviços e os restantes trabalhadores e superiores hierárquicos”* – de todo não lesado na conduta da Senhora Dr.^a . [...].

Considerando, por outro lado e acessoriamente, também os factos provados nos pontos 1.34. e 1.35., parece líquido que a postura pessoal e profissional da Senhora Dr.^a . [...] não é a de magistrada incorreta, na perspetiva do aludido dever; não se vislumbrando também nos antecedentes disciplinares elencados que tenha sido punida alguma vez pela violação do dever de correção.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Consideram-se, por conseguinte, inverificados os pressupostos da aplicação de sanção disciplinar.

III - Deliberação

Termos em que se acorda na Secção Disciplinar do Conselho Superior do Ministério Público determinar:

1. O **arquivamento do presente processo disciplinar** instaurado à **Licenciada . [...], Procuradora da República, por não ter sido apurada a prática de qualquer ilícito disciplinar.**
2. A **notificação** do acórdão à **senhora magistrada** e ao **respetivo mandatário**, nos termos das disposições conjugadas dos art.ºs 203.º e 216.º do Estatuto do Ministério Público; e do art.º 113.º, n.º 10, do Código de Processo Penal.
3. A **não notificação do participante** porque este não a requereu – cf. art.º 222.º, n.º 3, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, “*ex vi*” do art.º 216.º do Estatuto do Ministério Público.
4. A **comunicação ao Senhor Inspetor na qualidade de instrutor do processo** – cf. art.º 222.º, n.º 3, acima citado, “*ex vi*” dos arts. 212.º e 216.º do Estatuto do Ministério Público.

Lisboa, 31 de janeiro de 2017

(Relator)

(PGR)



S. R.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
